

SEMINÁRIO SIND-REDE/BH: DIREITO À EDUCAÇÃO E DESAFIOS EM TEMPOS DE PANDEMIA - 2020

Anos iniciais do Ensino Fundamental em tempos de pandemia!

Edneia Rodrigues (EM Helena Antipoff)

Pedro Valadares (EM Milton Campos)

Wanderson Rocha (EM Mário Mourão Filho)

e membros da comissão organizadora do Seminário.

Desde o dia 18 de março, ano corrente, as aulas foram suspensas na cidade de Belo Horizonte (Escolas Municipais, Instituições Parceiras e Rede Privada de Educação Infantil) por causa da Pandemia da COVID-19.

A publicação da Medida Provisória 934 flexibilizou os 200 dias letivos, mas manteve as 800 horas anuais da educação básica. O governo Bolsonaro trouxe como solução a implementação da Educação à Distância sem discussão alguma com os especialistas ou entidades da educação. Isto demonstra total desconhecimento da educação pública e, lógico, o maior interesse é impor um projeto privatista. O Conselho Nacional de Educação reafirmou a validade das aulas EaD como dias letivos em 2020 permitindo que os sistemas de ensino utilizem atividades não presenciais para cumprimento de carga horária, bem como utilizá-las na reorganização do calendário escolar 2020. A consequência foi que governadores e prefeitos aceleraram a implementação do ensino EaD nos seus sistemas de ensino, mesmo desconsiderando os dados do INEP (2019) em que a internet é garantida aos estudantes em 61,0% das escolas estaduais e 44,7% das municipais. E de acordo com instituto, a rede pública municipal de diversas cidades possui poucos recursos tecnológicos, ou seja, estão longe da chamada “era digital”. A validade da carga horária, além de ampliar a exclusão digital, vai computar as faltas dos estudantes excluídos do acesso e o resultado disso será retenção ou abandono escolar. O que se percebe com a aplicação de aulas online é uma sobrecarga de trabalho dos professores durante a pandemia, além da falta de formação necessária para domínio das tecnologias.

A aplicação de conteúdo neste momento tende a prejudicar os estudantes e os trabalhadores em educação. A imposição de cima pra baixo fere frontalmente a gestão democrática na educação. Não existe uma preocupação dos governos em garantir infraestrutura física e tecnológica nas escolas, uma quarentena que dê uma renda adequada de forma que as famílias possam dar acompanhamento a seus filhos em casa e cuidarem da própria saúde. Não se fala na compra de equipamentos de segurança e de testes para trabalhadores em educação, estudantes e familiares.

Devemos ressignificar a nossa atuação durante o período de pandemia. Reafirmarmos a necessidade ressignificar a escola pedagogicamente, principalmente no pós-pandemia. O seminário tem o papel de ajudar a pensarmos coletivamente a relação escola e família. O processo de alfabetização tem como especificidade uma interação constante entre

professores e alunos, sendo assim, o EaD é um fator limitador. Precisamos pensar numa alfabetização garantidora do direito a aprendizagem da leitura e da escrita. Não dá transferir a escola para a casa dos estudantes. Não para imaginar que mães e pais estão em quarentena, caso estejam, devem estar mais preocupados em garantir a sobrevivência e a alimentação básica. E não dá para desconsiderar as famílias que não possuem recursos tecnológicos, redes wi-fi, e, até mesmo, mães e pais analfabetos.

Reportagem

- Analfabeta, mãe desiste de pegar material da escola do filho em BH por não poder ajudá-lo
- Analfabeta, mãe desiste de pegar material da escola do filho em BH por não poder ajudá-lo
- Cinco irmãos dividem o celular da mãe para estudar após a suspensão das aulas presenciais, em Itumbiara

Sugestão de leitura:

- Posicionamento da ABAIf sobre a reposição de aulas remotas na Educação Básica
- A política de alfabetização do governo Bolsonaro e sua lógica colonial-imperialista
- A “Política Nacional de Alfabetização” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita
- Ninguém chega lá, partindo de lá, mas daqui: uma crítica ao conceito de alfabetização na PNA, à luz de algumas contribuições de Paulo Freire
- Por uma alfabetização transformadora
- A propósito da Política Nacional de Alfabetização - MEC 2019, considerações críticas
- Análise crítica da concepção básica do Plano Nacional de Alfabetização (PNA)
- Política Nacional de Alfabetização em análise: breves contribuições para mais um olhar crítico
- A alfabetização e as condições para alfabetizar

Roteiro do grupo Anos iniciais

1. Por que o EaD não é uma possibilidade no Ensino Fundamental /Educação Infantil /EJA / Estudantes com deficiência?

2. O que pode ser feito durante o período de afastamento das escolas pelos profissionais da Educação e quais as possibilidades ou não para a manutenção de vínculos com os estudantes e suas famílias.?

3. Quais os protocolos físicos e pedagógicos que definimos para o retorno das escolas?

Propostas a serem apreciadas no grupo Anos Iniciais:

1. Não à Educação a Distância (EaD)!

2. Que o estudo durante a quarentena seja organizado pela própria comunidade escolar, respeitando os princípios da gestão democrática.

3. Que esta orientação se restrinja ao período da quarentena, não resultando em implantação do EaD nas redes públicas;

4. Que as escolas definam democraticamente, o que deve ser estudado como será o acompanhamento dos alunos pelos professores, de modo a que ninguém seja excluído. Articular o envolvimento das famílias nesta construção de política do sistema educacional da cidade em tempos de pandemia;

5. Que a categoria, de forma organizada, deverá assumir o protagonismo da construção e da intervenção interativa junto as respectivas comunidades escolares e implicar a SMED no que é sua responsabilidade de garantir o mínimo de qualidade e acesso a todos os estudantes;

6. Garantia da estrutura necessária quanto aos recursos tecnológicos para todos estudantes e professores, sem privatização. Exigência à PBH para que dê condições mínimas de trabalho, acesso internet e equipamentos para os professores e para a comunidade escolar;

7. Garantia de segurança alimentar aos estudantes conforme valor da cesta básica do Dieese para cada estado;

8. Condições de trabalho para os professores, com 1/3 da jornada para organização dos materiais e estudo do professor;

9. Garantia de quarentena às famílias com condições de renda básica para que acompanhem seus filhos em casa;

10. Estabilidade e salários integrais para todos os trabalhadores da educação;

11. Manutenção das escolas fechadas até o período de segurança sanitária e de controle da pandemia;

12. Testes, tratamento de saúde e licença para os doentes (sejam alunos, professores, funcionários ou seus familiares);

13. Nenhuma demissão ou punição de trabalhadores da educação sejam efetivos, contratos ou terceirizados;

14. Nenhuma redução de salários ou retirada de direitos;

15. Abertura de diálogo da SMED com a categoria por meio de reunião com o sindicato;

16. Fora Bolsonaro-Mourão e Zema!

Orientação aos professores e aos funcionários para a atuação na Comunidade Escolar:

17. Reunião dos coletivos das escolas para acompanhar essas experiências que já estão se realizando em algumas escolas;

18. Compreensão da diferenciação do EaD com as atividades remotas emergenciais, com caráter provisório;

19. Diferenciar a carga horária do professor com a do aluno; o do professor não pode ser computado para fins de atendimento do aluno (ser contado a partir do retorno presencial);

20. Separar a intervenção junto à comunidade escolar com a cobrança de cômputo de reposição de dias letivos;

21. Compreender as limitações do ensino remoto, em função das desigualdades de atendimento. Daí a necessidade de não constar como dia letivo;

22. O sujeito da elaboração e produção da intervenção pedagógica é o professor, não inserindo tal responsabilidade para funcionários e famílias;

23. Resguardar os direitos aos recessos e férias para que não sejam usados no período de quarentena, que no mínimo seja negociado com a categoria possíveis remanejamentos.